

Inquérito Civil SIG/MP n. 06.2014.00010515-7

**ADITAMENTO AO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE  
CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, Dr. **Isaac Sabbá Guimarães**, de um lado e de outro **Adelar Scariot**, brasileiro, casado, com RG nº 185.282 e CPF nº 121.332.80987, com endereço na Rua Austrália, nº 137, Bairro das Nações, Balneário Camboriú, acompanhado de seus advogados, Dra. Marina Martins, inscrita na OAB/SC n. 52.945, e Dra. Ana Maria Silvério de Miranda, inscrita na OAB/SC nº 18.881, doravante denominado compromissário, têm entre si justo e acertado o seguinte:

**Considerando** que é função institucional do Ministério Público promover inquérito civil e ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, CRFB/88);

**Considerando** que o artigo 225, *caput*, da Constituição Federal assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações;

**Considerando** que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

**Considerando** que a criação de animais na zona urbana do município deve ser realizada apenas em casos autorizados por lei, devendo o criador, nos casos permitidos, ter os competentes alvarás e autorizações, destacando-se, para o caso, a Lei Municipal nº 2.445/2005;

**Considerando** que a Lei Municipal nº 2.445/2005 dispõe em seu artigo 32 que "não são permitidas, em residência particular, a criação, ou o

alojamento de animais que por sua espécie, número ou manutenção causem risco à saúde e segurança da comunidade";

**Considerando** a tramitação, no âmbito do Ministério Público, do Inquérito Civil Público nº 06.2014.00010515-7, instaurado para apurar a ocorrência de criação de dezenas de galos de briga em imóvel localizado na Rua Austrália, nº 137, Bairro das Nações, que configuram, em tese, infração ambiental e que o escopo do presente procedimento antes de estar adstrito à judicialização do problema prefere à rápida e eficaz resolução, tendo como norte os interesses difusos;

**Considerando** a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta, o qual foi referendado pelo Conselho Superior do Ministério Público de Santa Catarina, em que se observam cláusulas inexecutáveis pelo compromissário, demandando, assim, adequação dos termos originais, já que, pelo decurso do tempo, os animais criados pelo compromissário foram doados a pessoas que pudessem deles criar, não sendo documentado;

**Considerando**, ainda, que ao longo dos anos muitos animais podem ter morrido, não restam possibilidades de verificar seu atual paradeiro;

**RESOLVEM**, nos termos da Lei Federal n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) e do artigo 25 e seguintes do Ato Ministerial nº 395/2018/PGJ, celebrar o presente **ADITAMENTO AO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Este Aditamento ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adequação das obrigações originalmente avençadas na cláusula Segunda do TAC, porquanto tornam-se inexecutáveis pelo compromissário, sendo possível, contudo, a assunção do compromisso de pagamento de multa reparatória para o FRBL.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES AJUSTADAS**

I.1 Compromete-se, o Compromissário a efetuar o pagamento de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, em quinze prestações mensais, sempre no dia quinze de cada

mês.

§ 2º O compromissário terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação do presente acordo pelo Conselho Superior do Ministério Público, para realizar a obrigação e apresentar ao órgão ministerial o respectivo comprovante de adimplemento.

Ficam inalteradas as cláusulas Terceira e Quarta do Termo de Ajustamento de Conduta.

Balneário Camboriú, 25 de junho de 2019.

---

ISAAC SABBÁ GUIMARÃES  
PROMOTOR DE JUSTIÇA

---

Marina Martins, procuradora do compromissário  
ADELAR SCARIOT

---

Ana Maria Silvério de Miranda, procuradora